



GREVE TAE



37 DIAS DE MOBILIZAÇÃO

Comando Estadual de Greve

A greve nacional da Fasubra segue forte na base do Sinditest-PR. Tanto na capital, como no interior a adesão é crescente, contagiando técnicas e técnicos administrativos em educação (TAEs) que nunca haviam participado de uma greve. A disposição de luta se explica pela mudança da conjuntura política do país.

UFPR

UTFPR

UNILA

Em 2016, o Brasil viveu um golpe contra a democracia que abriu caminho para dois governos autoritários - um golpista e um fascista -, que não recebiam os sindicatos e federações, não estabeleciam mesas de negociações, e se negavam a dialogar com a categoria. O último afirmou publicamente que queria colocar uma granada em nosso bolso.

Foram sete anos de salário congelado e de ataques as organizações dos trabalhadores.

A Fasubra e o Sinditest-PR chegaram aprovar greve no período do governo Bolsonaro, desde que fosse unificada, ao menos, com a educação superior (Andes e Sinasefe). Infelizmente, não foi possível e tivemos que dar um passo atrás para pegar impulso e chegar no momento em que nos encontramos.

Aprovamos na Fasubra, desde o 1º turno, apoio à Lula contra Bolsonaro e conseguimos derrubar o governo de extrema direita e fascista. Criamos assim, as condições para que este movimento grevista tivesse a força que tem.

Hoje, temos um governo que dialoga, que estabelece mesa de negociação e recebe os técnicos administrativos em educação. No entanto, a categoria percebeu que sem greve o que existe é enrolação. Foi nossa greve que forçou o governo a rever sua proposta e estudar nossa carreira.

Sáímos de uma luta defensiva para uma luta ofensiva e, a depender da força da greve, que ganha adesão de TAEs dos Institutos Federais, teremos plenas condições de sairmos desse movimento, com uma vitória.

Evandro Castagna
Coordenador Geral do Sinditest-PR

UFPR



O Sinditest-PR convocou uma assembleia geral para toda a base no dia 1º de março de 2024, cuja principal pauta foi a votação pelo indicativo de greve. Conscientes da importância desta votação, que afetaria toda a categoria, convocou-se a diretoria colegiada e os delegados de base para fazer um esforço, e obter o máximo de participação. A reunião afetou os rumos da categoria na negociação por melhorias na carreira e reajuste salarial. O efeito foi o esperado: uma bela assembleia foi construída, com muita participação e discussões necessárias para a tomada desta decisão tão importante. Naquele dia, a categoria aprovou o início da greve para o dia 11 de março, por unanimidade, demonstrando o tamanho do descontentamento com a forma como o governo vem conduzindo nossas negociações.

Para o dia 11 de março, início da greve, foi convocada outra assembleia, onde se discutiriam os rumos do movimento e também elegeu-se o comando estadual de greve. A partir daí, a greve começou a ganhar força, com arrastões sendo feitos em diferentes locais, chamando os companheiros e companheiras para reforçar nossa luta. Enquanto os trabalhadores se esforçavam para fortalecer a luta, boatos e pressões foram denunciados, e o comando de greve precisou responder aos companheiros temerosos em se juntar à luta, explicando o direito de greve e a legitimidade do movimento.



O comando de greve foi dividido em algumas comissões, como a de ética, mobilização e comunicação, e os trabalhos começaram a ganhar forma, com instalação também dos comandos locais. Vários setores começaram a fechar, muitos com 100% de adesão. Neste momento, não podemos esquecer da força dos trabalhadores do HC, sem os quais a greve não teria o mesmo impacto inicial. Mesmo sob muita pressão, eles não se deixaram abater, enfrentaram os receios e tomaram a frente nesta luta, mostrando a força dos RJUs, que, com adesão massiva, incomodaram os poderosos.

Quanto mais forte a greve se mostrava, mais informações incorretas, documentos distorcidos e outras estratégias começaram a circular pela universidade e HC, gerando dúvidas quanto ao direito legítimo da greve. Mais uma vez, foi exigido do comando local de greve um esforço para esclarecer todas estas inverdades. O comando buscou a reitoria e a superintendência do HC, que afirmaram ser solidários ao movimento grevista. Quando procurado, o Reitor Ricardo Marcelo afirmou que não toleraria nenhum tipo de assédio ou boicote à greve. Outro passo importante foi o ato do dia 20 de março, onde entregamos uma carta ao Ministro da Educação, Camilo Santana, que visitava o Palácio Iguazu para o lançamento da Campanha Pé de Meia. Depois de muita insistência dos manifestantes da base, o ministro se recusou a descer ao nosso encontro, mas aceitou receber dois representantes que levassem a carta até ele e tivessem uma breve conversa. Este foi um momento importante a ser registrado.

Tudo ia caminhando relativamente bem, quando no dia 21 de março, com assembleia marcada no pátio da reitoria, acordamos com a notícia do Memorando - Circular nº 1/204/UFPR/PROGEPE/UAAG, que veio como um balde de água fria. O memorando acabara de ser publicado e já estava sendo usado para assediar companheiros em seus locais de trabalho. As trabalhadoras e trabalhadores, juntamente com o comando de greve, foram para o gabinete do reitor, o qual ocuparam por praticamente o dia todo, até que o memorando fosse cancelado por um novo documento, de acordo com a postura que o reitor havia demonstrado em apoio ao movimento paredista e com o consentimento do comando de greve, o que foi mais uma vitória nesta construção.

Todavia, não se pode falar desta data sem lembrar que esta ocupação foi feita em sua esmagadora maioria por trabalhadoras, que não arredaram o pé do gabinete, mesmo sem se alimentar por horas tarde adentro. Mas infelizmente, quando chegaram os homens, foi um momento de escancarar o machismo que ocorre não só em nossa base, mas na sociedade. Os homens arbitrariamente queriam tomar os rumos da negociação, o que não foi aceito pelas mulheres que ali estavam, pois o consentimento da maioria era de que esta negociação só poderia ocorrer com a participação de todas e todos que ficaram na ocupação, de forma transparente e democrática. Este momento evidenciou a necessidade de se tratar de temas como o machismo e outras formas de opressão durante a construção da greve, assegurando que atos assim não passem sem exemplar correção.

A luta foi seguindo e se fortalecendo, assembleia após assembleia, cada vez mais participativas. As assembleias foram tomando forma, com novas lideranças se destacando, e as discussões foram se aprofundando. De forma democrática, os rumos da greve foram sendo discutidos e implementados. Como uma rasteira, a direção do HC, através da EBSEH, acionou a justiça pedindo que os trabalhadores RJU voltassem imediatamente ao trabalho com 100% do efetivo. Não acreditávamos que isto fosse levado a ferro e fogo pela justiça, esperávamos uma proposta menos radical. Mas na calada da noite, um juiz plantonista acatou o pedido da EBSEH e decidiu pelo retorno de 100% dos serviços, sob pena de multa diária de 100 mil reais, o que mantém a participação dos RJUs do HC inviabilizada.

Ressaltamos novamente a importância da participação e da força dos trabalhadores do HC para a nossa greve, que, mesmo não podendo estar no movimento neste momento, continuam participando como podem de assembleias e atos, e nas discussões por melhoria da carreira. O comando de greve fez um grande ato no HC, além de uma passeata pelos corredores do hospital, com palavras de ordem e faixas que demonstravam a insatisfação com a postura da direção da EBSEH.

Outro ato que demonstrou a força da nossa greve foi o ato do dia 03 de abril, onde trabalhadoras/es saíram da assembleia no pátio da reitoria e caminharam até a praça Santos Andrade – símbolo da universidade federal do Paraná - ali fizeram algumas falas e gritaram palavras de ordem. Depois disto, caminharam pela Boca Maldita – palco de discussões políticas em Curitiba - enquanto distribuía panfletos sobre a greve para a



comunidade externa e explicavam, do carro de som, o motivo e a legitimidade do movimento. Vários representantes de outras entidades, de estudantes e até políticos fizeram fala em apoio a nossa greve, que segue sendo construída e fortalecida para alcançarmos a vitória. Durante esse mês houve moções de apoio a pauta dos TAEs, por parte de alguns conselhos setoriais e também uma moção do Conselho Universitário.

Interior e Litoral

Nos *campi* avançados e nos Setores Litoral e Palotina a greve tem maior ou menor adesão, caso a caso, sendo quase total tanto no Campus Pontal do Paraná, quanto no Setor Litoral. Os comandos locais continuam atuando com muita disposição para aumentar a participação na luta, uma atividade que continua também nas unidades localizadas em Curitiba.

Vem para a luta!

Diego Medeiros

Comissão de Comunicação do Comando Estadual de Greve

UTFPR



Desde o dia 11 de março, quando iniciou a Greve Nacional dos Técnicos Administrativos em Educação (TAEs), os técnicos de todos os *campi* da UTFPR estão em greve. No dia 11 de março, primeiro dia de mobilização, os TAEs do Campus da UTFPR de Curitiba e da Reitoria participaram da Assembleia convocada pelo Sinditest-PR para Organização do Comando Estadual de Greve. Desde então, as mobilizações, que já começaram com bastante intensidade na capital (UFPR e UTFPR), estão se intensificando também nos *campi* do interior.

Ao longo deste primeiro mês de greve, diversas atividades foram realizadas com a comunidade interna e externa. Ações de panfletagem com a comunidade discente, conversas com diretórios acadêmicos, representações docentes e chefias, foram constantemente realizadas, no intuito de informar sobre a pauta da greve.

Também foram realizadas excursões pelos *campi* do interior para a realização de reuniões e/ou mesmo deflagrações locais, onde os técnicos ainda não haviam aderido, sempre no sentido de esclarecer a pauta, tirar dúvidas e mobilizar os TAEs. Os técnicos em greve da UTFPR, inclusive, participaram de reuniões de deflagração/mobilização na UFPR de Toledo e Palotina. Da mesma forma, juntamente com TAEs em greve da Unila e da UFPR Campus Toledo, da UTFPR do Campus Santa Helena e Toledo realizaram reunião de mobilização com colegas do Campus Medianeira da UTFPR.

Todas essas ações têm resultado em uma adesão crescente dos técnicos ao movimento, além de mobilizar e conscientizar a comunidade interna e externa. Em diversos *campi*, alguns departamentos como o Departamento de Registros Acadêmicos, Núcleo de apoio ao Estudante, Biblioteca, Departamento Financeiro, Assessoria de Graduação, Departamento de TI, por exemplo, estão totalmente paralisados.

Diversos *campi* também se mobilizaram para buscar apoio de parlamentares de suas regiões, a exemplo dos técnicos do Campus Toledo e do Campus de Santa Helena, que entregaram a Carta aos Parlamentares, elaborada pelo Sinditest-PR aos Deputados Elton Welter (PT-PR) e (Zeca Dirceu PT-PR), respectivamente, solicitando que ambos apoiem a pauta da Fasubra, junto ao Ministério de Gestão e Inovação e ao Ministério da Educação. Importante lembrar que ambos os parlamentares estiveram presentes em evento no Palácio do Iguazu, em Curitiba, no lançamento do Programa Pé-de-meia, onde novamente, em ato organizado pela base do Sinditest-PR, ratificaram seu apoio à pauta dos TAEs.

Na última semana, os técnicos em greve da UTFPR enviaram a carta de pedido de apoio à greve da categoria aos membros do Conselho Universitário da UTFPR (COUNI), aos membros dos demais conselhos deliberativos especializados (COPPG, COEMP, COPLAD e COGEP), e gestores da reitoria (incluindo diretores-gerais dos campi, pró-reitores, diretores e assessores de gestão). Não obstante a importância desta formalização, desde o início das mobilizações, os TAEs da UTFPR têm recebido menções de solidariedade da Reitoria e dos Diretores Gerais, que, cientes da defasagem salarial, da



necessidade de reestruturação da carreira e de outros problemas enfrentados pela categoria, como o baixo quantitativo de Técnicos Administrativos em Educação na Universidade, têm externalizado seus votos de apoio a esse legítimo movimento.

Edna Pelossi

Comissão de Comunicação do Comando Estadual de Greve

Unila



Em 11 de março realizamos uma assembleia presencial na Unila, como não víamos há muitos anos. Desde antes da pandemia, estávamos desmobilizados, sem grande interesse pelas atividades sindicais e coletivas. Contudo, com a deflagração da greve nacional dos trabalhadores em educação, conseguimos lotar o saguão de entrada do *campus* Jardim Universitário. Nesta primeira assembleia, discutimos os motivos que nos levaram a aderir à paralisação e também abordamos nossa pauta local.

Entre os pontos discutidos, destacamos o adoecimento mental dos servidores TAEs devido ao assédio moral, a ausência de representatividade dos técnicos em todos os espaços de decisão e poder dentro da universidade, incluindo pró-reitorias técnicas como Planejamento e Finanças, Administração, e Gestão de Pessoas, etc. Há muito tempo, a Unila deixou de ser nosso espaço, e isso é visível tanto no ambiente (mal estruturado e caindo aos pedaços) quanto no ânimo da nossa categoria.

No mesmo dia, estabelecemos o comando de greve local, com comitês de ética, comunicação, mobilização e programa de gestão e desempenho (PGD). A adesão à greve foi gigantesca e cada dia mais colegas se uniram ao movimento. Setores inteiros paralisaram suas atividades, incluindo Bibliotecas, Laboratórios e Secretarias Acadêmicas. Até alguns técnicos e técnicas do Gabinete da Reitoria informaram ao comando de greve que aderiram à paralisação.

A caixa de email do comando de greve local não parava de receber todo o tipo de pedido. **Do dia para a noite, absolutamente tudo era “essencial”**. Se a greve não alcançar todos os resultados que almejamos em nível nacional, pelo menos na Unila ela já serviu para mostrar o quanto o trabalho da nossa categoria é crucial para o funcionamento da instituição, e o que acontece quando cruzamos os braços.

Contudo, nossa greve não está sendo sem desafios. A gestão da universidade entrou em pânico e começou a adotar posturas hostis. Relatos de assédio e tentativas de ferir nosso direito de greve chegam diariamente ao comando. A greve nacional tem sido pesada na Unila, mas temos resistido com coragem.

Estabelecemos duas assembleias semanais, uma online para aqueles em PGD (parcial ou integral) e outra presencial, com café da manhã comunitário. As assembleias estão sempre cheias, com muitos TAEs participando e interessados nas pautas nacionais e locais.

Além das atividades presenciais, temos incentivado o ativismo online. Pedimos aos colegas que interajam nas redes sociais, curtindo, comentando e compartilhando as postagens das entidades, como a Fasubra, Sinasefe e do Sinditest-PR. Também orientamos entrar nos perfis dos Ministros, e da Reitoria da Unila, e fazer comentários pedindo a nossa reestruturação de carreira e recomposição salarial. Assistir as *lives* que as entidades produzem, é uma forma de estarmos informados e ativos mesmo à distância.

A greve na Unila está forte e uniu a categoria em torno de nossa luta nacional, resgatando o senso de coletividade, a disposição para o debate respeitoso. Mas a greve também está sendo marcada por episódios de retaliação por parte da gestão da universidade. Em 14 de março, três dias após a deflagração da greve, fomos surpreendidos por um processo que alteraria a portaria que regulamenta o PGD na Unila, impossibilitando a modalidade remota/integral. O processo foi enviado para apreciação do conselho universitário, pelas costas da categoria, alegando que as alterações haviam sido apresentadas e discutidas conosco. No dia 15 de março, nossa assembleia teve a presença de mais de 200 TAEs, revoltados com a situação, e demandando um ato em nossa defesa.

Por sorte, na segunda-feira seguinte, 18 de março, houve uma sessão extraordinária do conselho, para aprovação do novo calendário acadêmico, pauta considerada importantíssima pela gestão, e decidimos então invadi-lo. O espaço foi tomado pela categoria, com cartazes e faixas da greve nacional, utensílios para fazer barulho, buzinas e narizes de palhaço. Tomamos a palavra à força e o conselho teve que nos ouvir. A quantidade de pessoas ali presente fez com que fosse impossível ignorar nossa categoria.

Na ocasião, além das falas sobre a tramitação do processo “surpresa”, claramente uma retaliação à categoria, ferindo nosso direito de greve; uma colega fez a leitura de trechos de relatos de docentes que sofreram assédio moral na Unila, parte de sua pesquisa de mestrado. A Unila adoecida foi exposta nesse momento, relatos de dor, de sofrimento psíquico, de falta de vontade de estar neste ambiente, levando à falta de vontade de viver de alguns colegas. E estes eram relatos de servidores docentes, apenas... Nem entramos nos relatos da nossa categoria.

Após quase duas horas de embate com a reitoria, aos gritos de “Tira de pauta!” e “Depois da greve” dos(as) TAEs presentes, os conselheiros se manifestaram por atender ao pedido da categoria e permitir que tivéssemos tempo para promover um debate amplo sobre as alterações que precisam ser feitas nas normas que regulamentam o PGD na instituição.

No entanto, nossa vitória durou pouco. Na última quinta-feira, 12 de abril, após respondermos negativamente a uma solicitação da reitoria que queria que voltássemos a trabalhar para realizar as matrículas e tocar editais, a reitoria colocou novamente o processo em pauta, com duas atas do Comitê de Acompanhamento do PGD, assinadas apenas pelo Pró-reitor de Gestão de Pessoas, e com um despacho contendo sarcasmo (para não dizer mentira), no qual afirma que “a minuta foi amplamente discutida pela comunidade universitária”. Novamente, claramente uma retaliação ao movimento, pois seguimos firmes, realizando apenas aquilo que consideramos importante para a universidade, buscando não prejudicar ainda mais os alunos, como transporte intercampi, pagamentos de bolsas, atendimentos emergenciais, etc.

Durante esse primeiro mês de greve, ainda conseguimos conversar com o colega Luiz Otávio, da Universidade Federal do Amapá, sobre a Indenização Educacional de Fronteira, em conjunto com os colegas da UTFPR de Medianeira e Santa Helena. Foi ele

quem conseguiu articular com os parlamentares em Brasília, para derrubar o veto na lei que agora nos permite coordenar projetos de pesquisa e extensão, atividades que desde sempre somos impedidos de realizar aqui na Unila.

Em 4 de abril, alguns TAEs da Unila participaram de um ato na UTFPR de Medianeira, com a presença também de TAEs da UTFPR de Santa Helena. Discutimos a proposta de carreira, agora já analisada pelo GT do MEC e MGI, e também sobre o andamento da greve em nossas universidades. Foi muito bom ver os colegas da UTFPR e compartilhar esse momento de luta com eles.

Além disso, o comando de greve local da Unila, conversou com as lideranças estudantis sobre a greve, que publicaram uma carta em apoio ao nosso movimento, em um gesto político e de solidariedade, entendendo que técnicos adoecidos e precarizados não conseguem entregar um atendimento de qualidade para a categoria discente.

Participamos também da assembleia docente da Unila, realizada em 8 de abril, na qual os docentes mantiveram sua decisão de não aderir à greve, e marcaram nova data para discutir o assunto, em 15 de maio.

Na semana passada, tivemos reunião com o comando de greve do IFPR, campus Foz do Iguaçu, após a adesão de nossos colegas dos institutos federais à greve nacional. Os colegas do IFPR, TAEs e docentes estão trazendo um ânimo novo para nossa categoria aqui na Unila, após esse primeiro mês de paralisação, e estamos buscando organizar atos conjuntos na cidade, como uma panfletagem conjunta no dia 17 de abril e um ato na feirinha de domingo da cidade no dia 21.

Estamos trabalhando para fortalecer nossas relações e ampliar nossa luta. Nossa greve está forte e unida em torno da nossa luta nacional. Resgatamos o senso de coletividade e estamos dispostos ao debate respeitoso. Não toleraremos retaliações ou desrespeito aos nossos direitos.

Agradecemos e saudamos todos os colegas TAEs da base do Sinditest-PR pelo apoio e engajamento nessa luta tão importante. Juntos, somos mais fortes e vamos continuar resistindo até que nossas demandas sejam atendidas.

Fernanda Pereira
Comissão de Mobilização do Comando Estadual de Greve



Caravana à Brasília e Ato Unificado da Educação Federal



Ao chegar a este ponto de mais de um mês de greve, nossa luta não esmorece. Agora, estudantes e professores da UFPR, UTFPR e IFPR somam-se à Greve. Em Brasília, nossos companheiros caravaneiros fizeram uma forte participação no ato do funcionalismo público federal (17/04) e daqui seguimos em ato unificado das categorias e percorremos as ruas da Capital para seguir contando à sociedade o porquê da Greve e que a Educação pública, gratuita e de qualidade é a nossa maior bandeira. Em apoio aos colegas, fizemos uma linda campanha de Doação de Sangue que segue por toda a greve #eudoumeusangueTAE.

Agora mais presentes também no Comando Nacional de Greve.

Trabalhadores e Estudantes da Educação em Luta!

Comando Estadual de Greve